



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Recurso Eleitoral nº 490-74.2012.6.02.0054, Classe 30

ACÓRDÃO Nº 9.332
(04.10.2012)

RECURSO ELEITORAL Nº 490-74.2012.6.02.0054, CLASSE 30.
RECORRENTE: ANAMÁLIA MOURA.
ADVOGADOS: Andréa de Albuquerque Calheiros e outro.
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.
RELATOR: Des. Eleitoral Ivan Vasconcelos Brito Júnior.

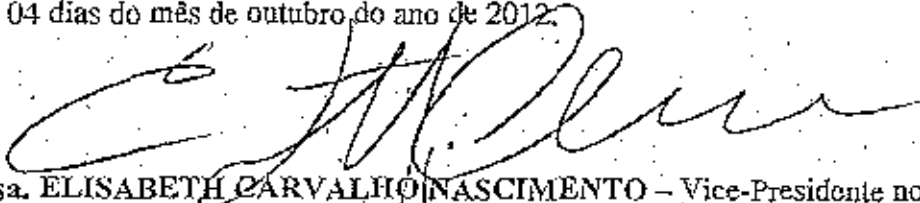
Ementa.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL INOMINADO. CANDIDATA AO CARGO DE VEREADORA. MUNICÍPIO DE MACEIÓ. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR. BEM DE USO COMUM. VEDAÇÃO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. IRREGULARIDADE NA APLICAÇÃO DA MULTA. INCIDÊNCIA DO ART. 37, CAPUT E § 1º, DA LEI Nº 9.504/97. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. O conceito de bem comum, para fins eleitorais, alcança os de propriedade privada de livre acesso ao público e por isso nele não se pode pregar, pendurar ou colar propaganda de candidatos.
2. Para a aplicação da multa; deveria o juízo de primeiro grau ter notificado a recorrente para a remoção da propaganda irregular, nos termos do art. 37, § 1º, da Lei nº 9.504/97.
3. Recurso conhecido e provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em conhecer o presente recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente Relator.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, em Maceió, aos 04 dias do mês de outubro do ano de 2012.


Desa. ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO – Vice-Presidente no exercício da Presidência


Des. IVAN VASCONCELOS BRITO JUNIOR – Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Recurso Eleitoral nº 490-74/2012.6.02.0054, Classe 30

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Eleitoral Inominado interposto por Anamália Moura contra decisão da MM. Juiz Eleitoral da 54ª Zona que, julgando procedente a representação ajuizada pelo Promotor Eleitoral daquela Zona, condenou a recorrente ao pagamento de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pela prática de propaganda eleitoral irregular, consistente na colocação de placa em estabelecimento comercial.

Em suas razões recursais, acostadas às fls. 22/27, a recorrente alega a falta da devida notificação acerca da irregularidade da propaganda, sem a qual a penalidade não poderia ser aplicada, sendo a multa completamente contrária à previsão legal.

Assevera que a propaganda questionada estaria dentro das dimensões legalmente permitidas e que o estabelecimento comercial estava desativado, não se tratando, assim, de bem de uso comum para fins eleitorais, não havendo irregularidade a se reprimir, restando inaplicável a multa imposta.

Por fim, requer o provimento do recurso, para, reformando-se a sentença vergastada, afastar-se a pena de multa aplicada.

Em contrarrazões, acostadas às fls. 35/36, o Promotor Eleitoral da 54ª Zona requer o desprovimento do recurso, mantendo-se a sentença atacada.

Com vistas dos autos, a douta Procuradoria Regional Eleitoral opinou pelo provimento do presente recurso, devendo a multa aplicada ser afastada diante da ausência de notificação prévia da recorrente.

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Recurso Eleitoral nº 490-74.2012.6.02.0054, Classe 30

VOTO

Senhor Presidente, tratam os presentes autos de Recurso Eleitoral Inominado interposto por Anamália Moura contra decisão da MM. Juiz Eleitoral da 54ª Zona que, julgando procedente a representação ajuizada pelo Promotor Eleitoral daquela Zona, condenou a recorrente ao pagamento de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pela prática de propaganda eleitoral irregular, consistente na colocação de placa em estabelecimento comercial.

De início, verifico que o recurso é cabível, a parte é legítima e tem interesse na reforma da decisão. Não há fato impeditivo ou extintivo do poder recursal, o recurso foi manejado em tempo hábil e possui regularidade formal, razão pela qual o admito, passando ao juízo de mérito.

O Juízo Eleitoral da 54ª Zona julgou procedente a representação proposta contra a recorrente, por veicular propaganda eleitoral irregular em estabelecimento comercial, conforme imagem de fls. 06.

A recorrente alega que não foi devidamente notificada acerca da irregularidade da propaganda, sem a qual a penalidade não poderia ser aplicada, sendo, portanto, a multa completamente contrária à previsão legal. Assevera, ainda, que a propaganda questionada estaria dentro das dimensões legalmente permitidas e que o estabelecimento comercial estava desativado, não se tratando, assim, de bem de uso comum para fins eleitorais, não havendo irregularidade a se reprimir, restando inaplicável a multa imposta.

Segundo dispõe o art. 37, §§ 1º e 4º, da Lei nº 9.504/97 (que estabelece normas para as eleições):

Art. 37. Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum, inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pictórica, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e semelhantes.

§ 1º A veiculação de propaganda em desacordo com o disposto no caput deste artigo sujeita o responsável, após a notificação e comprovação, à restauração do bem e, caso não cumprida no prazo, a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Recurso Eleitoral nº 490-74.2012.6.02.0054, Classe 30

*multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

(...)

§ 4º Bens de uso comum, para fins eleitorais, são os assim definidos pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil e também aqueles a que a população em geral tem acesso, tais como cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada. (Grifei).

Já o art. 10, § 1º, da Resolução TSE nº 23.370/2011 (que dispõe sobre a propaganda eleitoral e as condutas ilícitas em campanha eleitoral nas eleições de 2012), que complementa a dispositivo acima transcrito, reza:

Art. 10. Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum, inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados (Lei nº 9.504/97, art. 37, caput).

§ 1º Quem veicular propaganda em desacordo com o disposto no caput será notificado para, no prazo de 48 horas, removê-la e restaurar o bem, sob pena de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), ou defender-se (Lei nº 9.504/97, art. 37, § 1º). (Grifei).

Portanto, caso ocorra alguma propaganda irregular nos moldes previstos nos dispositivos legais acima transcritos, a aplicação da multa deve ocorrer de forma subsidiária, ou seja, inicialmente deve o candidato ser notificado a regularizar a propaganda tida como proibida. Somente se a propaganda não for regularizada, é que caberá a aplicação de multa.

Da análise dos autos, verifico que os documentos de fls. 05/06. demonstram a veiculação de propaganda em bem de uso comum, em clara inobservância à legislação eleitoral.

Entretanto, observo que, de fato, consta nos autos o Termo de Constatação (fls. 04) e o Termo de Remoção/Apreensão (fls. 05), mas não a notificação da recorrente para a retirada da propaganda. A notificação constante dos autos, acostada às fls. 13, trata de instar a representada a apresentar defesa no prazo legal. Assim, ausente a notificação, não há razão para ser aplicada a pena de multa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Recurso Eleitoral nº 490-74.2012.6.02.0054, Classe 30.

Conforme muito bem observado pelo eminente Procurador Regional Eleitoral, "...a recorrente, de fato, não foi notificada para retirar ou regularizar a propaganda, tendo os fiscais da Justiça Eleitoral recolhido o material. O MP ajuizou a representação com base apenas no Termo de Constatação e de Remoção. Entendo, pela natureza da propaganda, que a notificação prévia seria indispensável antes da responsabilização do candidato e aplicação da multa. A propaganda foi disposta em bem de uso comum o que reclama a observância do disposto no §1º da art. 37 da Lei 9.504/97, o qual prevê que a veiculação da propaganda em desacordo com o disposto no caput do art. 37 sujeita o responsável à multa e restauração do bem, se for o caso, após a notificação e comprovação."

Sendo assim, apesar de irregular a propaganda, por ter sido veiculada em bem de uso comum, entendo inaplicável a pena de multa, em face da inexistência da prévia notificação da recorrente para retirar ou regularizar a propaganda.

Ante o exposto, com fundamento no art. 37, caput e § 1º, da Lei nº 9.504/97, e no art. 10, caput e § 1º, da Resolução TSE nº 23.370/2011, voto pelo conhecimento e PROVIMENTO do presente recurso, a fim de afastar a multa aplicada pelo juízo de primeiro grau.

É como voto.

IVAN VASCONCELOS BRITO JUNIOR
Des. Eleitoral e Relator



Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Recurso Eleitoral Nº 490-74.2012.6.02.0054

Prot. 43.214/2012

ORIGEM: MACEIÓ - AL

JULGADO EM: 04/10/2012 (SESSÃO Nº 96/2012)

RELATOR(A): DESEMBARGADOR ELEITORAL IVAN VASCONCELOS BRITO JÚNIOR

PRESIDENTE DA SESSÃO: DESEMBARGADOR ELEITORAL ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO

PROCURADOR(A) REGIONAL ELEITORAL: Dr(a). RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

SECRETÁRIO: MARCONDES GRACE SILVA

AUTUAÇÃO

RECORRENTE(S) : ANAMÁLIA MOURA
ADVOGADO : Andréa de Albuquerque Calheiros
ADVOGADO : Ricardo Antonio de Barros Wanderley
RECORRIDO(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÃO

Acordam os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao presente recurso, nos termos do voto do Des. Relator. (Acórdão n.º 9.332, de 04.10.2012). Impedido o Excelentíssimo Desembargador Presidente Orlando Monteiro Cavalcanti Manso. Presidência da Excelentíssima Desembargadora Vice-Presidente deste egrégio Tribunal, Elisabeth Carvalho Nascimento.

Participantes da Sessão: Presidência da Excelentíssima Senhora Desembargadora Eleitoral ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO, Vice-Presidente no exercício da Presidência. Presentes os Exmos. Srs. Desembargadores Eleitorais: OTÁVIO LEÃO PRAXEDES, IVAN VASCONCELOS BRITO JÚNIOR, FREDERICO WILDSON DA SILVA DANTAS, ANTÔNIO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO, LUCIANO GUIMARÃES MATA e ANTÔNIO CARLOS FREITAS MELRO DE GOUVEIA Ausente, justificadamente, o eminente Procurador Regional Eleitoral, Dr. RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA. Impedimento do Exmo. Sr. Desembargadores Eleitorais ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO.

Por ser verdade, firmo a presente.
Maceió, 4 de outubro de 2012.

CLICIANE DE HOLANDA FERREIRA CALHEIROS
Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários